



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 21/2024

406 A 410 – TAE – Assistente Social

Transcreva a frase a seguir no espaço destinado na Folha de Respostas: **“Decida por si mesmo o que significa ser feliz.”**

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1) O candidato receberá do fiscal:
 - a) Um caderno de questões contendo as questões objetivas de múltipla escolha.
 - b) Uma folha de respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- 2) Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Caso contrário, solicite ao fiscal um outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) O tempo de realização da prova, o tempo mínimo de permanência em sala, assim como o tempo mínimo necessário requerido para o candidato levar o caderno de questões, **caso seja permitido**, estão previstos no Edital de Abertura do certame.

ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na folha de respostas; caso não estejam, informe ao fiscal imediatamente.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na folha de respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma) resposta certa** – mais de uma letra assinalada implicará a anulação da questão.
- Para responder cada questão, é necessário interpretá-la de forma correta e precisa, o que exige atenção e capacidade de abstração por parte do candidato, que deve estar ciente de que existe apenas **UMA** alternativa a ser assinalada.
- Qualquer rasura no preenchimento anulará a questão. Portanto, a folha de respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O Gabarito do Candidato deve ser destacado da capa, portanto, **marque seu tipo de prova** para posterior correção.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, fortemente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo.

Exemplo:

- Conforme disposto no edital do certame, o candidato que se recusar a ser fotografado será eliminado do certame, posto que não será possível confirmar sua identidade.

GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50										

MARQUE SEU TIPO DE PROVA

- PROVA A
PROVA B
PROVA C

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões 1 e 2.

Humanos viverão por mais tempo até 2050, mas qualidade de vida vai diminuir

Até 2050, as pessoas viverão mais tempo. Porém, a perspectiva de anos de boa vida não acompanhará esse crescimento, pois há tendência de elevação dos casos de doenças metabólicas, como sobrepeso

As conclusões do Estudo sobre a Carga Global de Doenças, Lesões e Fatores de Risco (GBD) revelam uma previsão de aumento na expectativa de vida global. Entre 2022 e 2050, é esperado que homens vivam 4,9 anos a mais e mulheres 4,2, com uma redução nas disparidades regionais. Esse crescimento é impulsionado por melhorias nas taxas de sobrevivência de doenças cardiovasculares, covid-19 e várias patologias transmissíveis, maternas, neonatais e nutricionais (CMNNs). Na contramão, problemas metabólicos, como pressão e colesterol alto, aumentaram quase 50% nas duas últimas décadas.

No entanto, há uma mudança nas taxas de CMNNs, que estão se tornando menos comuns, e de condições não transmissíveis (DNTs), que fazem mais vítimas a cada dia, como câncer, doença pulmonar obstrutiva crônica e diabetes. Esse deslocamento reflete um aumento na incidência de fatores de risco comportamentais e metabólicos, como obesidade, hipertensão, dieta inadequada e tabagismo. Essas condições mudarão os índices de anos de vida perdidos para anos vividos com incapacidade, ou seja, mais pessoas viverão mais tempo, mas com problemas de saúde.

Segundo o estudo, detalhado na revista The Lancet, a expectativa de vida global deve aumentar de 73,6 anos em 2022 para 78,1 anos em 2050. Paralelamente, a perspectiva de vida saudável deve subir de 64,8 anos para 67,4 anos. Isso indica que,

embora a população mundial viva mais tempo, os anos com boa saúde não aumentarão na mesma proporção.

As regiões com menor expectativa de vida atual, como a África Subsariana, viverão elevações, graças a intervenções de saúde pública pontuais.

“Há imensas oportunidades pela frente para influenciarmos o futuro da saúde global, superando esses fatores de risco metabólicos e dietéticos crescentes, particularmente aqueles relacionados com fatores comportamentais e de estilo de vida, como açúcar elevado no sangue, índice de massa corporal elevado e pressão arterial elevada”, reforçou Amanda E. Smith, diretora assistente de Previsão do Instituto Izzy Colindres de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME), que participou do trabalho.

Carol Sarmento, médica intensivista e paliativista e idealizadora do Cuida — projeto que estimula o autocuidado — detalha que com mais pessoas envelhecendo é fundamental melhorar a qualidade de serviços e de atenção na sociedade. “De maneira que as pessoas vivam isso com qualidade, mantendo a autonomia e sendo funcionais. Tudo isso faz bem às famílias e à sociedade também. Envelhecer com saúde e evitando doenças crônicas degenerativas da terceira idade”.

Fernanda Carvalho Oliveira, médica especialista em longevidade e bem-estar, da clínica Viva Mais, em Brasília, destaca que doenças crônicas e inflamatórias passarão a ser não apenas as principais causas de morte, mas também responsáveis por sequelas e incapacidade. “Trazendo um paradoxo para o momento atual, onde se vive cada vez mais, mas não necessariamente melhor. Essa realidade tende a se agravar e tem grande impacto em como as pessoas viverão seus últimos anos, inclusive há repercussões sociais e econômicas, impactando a Previdência e os custos com saúde”.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/ciencia-e-saude/2024/05/6858735-humanos-viverao-por-mais-tempo-ate-2050-mas-qualidade-de-vida-vai-diminuir.html>. Adaptado.

1. Assinale a alternativa que apresenta o principal paradoxo apresentado no texto sobre a expectativa de vida global até 2050.
 - (A) As pessoas viverão mais tempo, mas as melhorias na qualidade de vida não acompanharão esse crescimento.
 - (B) A expectativa de vida aumentará, mas as doenças infecciosas voltarão a ser predominantes.
 - (C) As disparidades regionais na expectativa de vida crescerão, mesmo com avanços na saúde pública.
 - (D) A expectativa de vida global aumentará, mas a mortalidade infantil não diminuirá.
 - (E) As condições não transmissíveis se tornarão menos comuns, mas as doenças metabólicas aumentarão.
2. Assinale a alternativa que apresenta a afirmativa que melhor reflete a previsão dos especialistas sobre as mudanças nos padrões de saúde global até 2050.
 - (A) Haverá uma diminuição significativa nas doenças crônicas e inflamatórias.
 - (B) As intervenções de saúde pública não terão impacto na expectativa de vida em regiões com baixa expectativa de vida.
 - (C) A redução das disparidades regionais será impulsionada por um declínio nas doenças cardiovasculares e CMNNs.
 - (D) O aumento da expectativa de vida será acompanhado por um crescimento proporcional nos anos de vida saudável.
 - (E) As melhorias na expectativa de vida não compensarão o aumento de problemas metabólicos e comportamentais, resultando em mais anos vividos com incapacidades.

3. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, quanto à ortografia, assinale a alternativa correta.

- (A) Tinha verdadeira obsessão pelo dinheiro.
- (B) Meu pai foi assessorista desse prédio comercial.
- (C) Quando eu era criança, fiz catequeze e, algum tempo depois, crisma.
- (D) Não queria sentir ojeriza a isso, mas sinto.
- (E) Meu avô possui muitos bens.

4. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à acentuação, assinale a alternativa correta.

- (A) Admiravelmente, ela não conseguiu passar no vestibular de Medicina.
- (B) Aquele rapaz é tão púdico...
- (C) Em ato heróico, ele salvou a criança e a mãe dela.
- (D) Ela conseguiu essa oportunidade por ser cidadã européia.
- (E) Foi internada porque apresentou alergia ao látex.

5. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, quanto ao emprego dos verbos, assinale a alternativa em que o verbo destacado indique um fato realizado em momento anterior ao do enunciado e parou de ocorrer.

- (A) Eu **dancava** muito bem quando era jovem.
- (B) **Gritei** desesperadamente no momento do assalto.
- (C) Ele **beberá** mais água a partir de agora.
- (D) Quando nós **partirmos**, sentirão saudades.
- (E) Se ele **pusesse** a mão na consciência, não faria isso.

6. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e com a gramática normativa, quanto ao emprego das conjunções, assinale a alternativa em que a conjunção destacada exprima explicação.

- (A) Fomos à feira **e** compramos frutas diversas.
- (B) Trata-se de um ótimo profissional, **contudo** a vaga já foi preenchida.
- (C) Faça o que seu chefe pediu **ou** acabará perdendo seu emprego.
- (D) Alice não fez o dever de casa, **logo** não irá ao cinema com as amigas.
- (E) O projeto foi aprovado pela diretoria, **porquanto** atendia ao regulamento preestabelecido.

7. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e com a gramática normativa, quanto ao emprego das conjunções, assinale a alternativa em que a conjunção destacada estabelece proporção.

- (A) O temporal piorava **ao passo que** o furacão chegava mais perto da cidade.
- (B) **Ainda que** ele não mereça, farei o jantar.
- (C) **Desde que** eles me paguem a passagem, irei visitá-los no Rio de Janeiro.
- (D) Ela rendeu bons frutos para a empresa, **de sorte que** conseguiu uma promoção.
- (E) **Conforme** conversado anteriormente, seguem as planilhas de vendas para a sua análise.

8. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à concordância verbal, assinale a alternativa correta.

- (A) Devem haver motivos muito sérios para ela agir assim.
- (B) Alugam-se trajes para festa.
- (C) Fazem anos que não vejo minha família.
- (D) Você ou ele serão promovidos para o cargo de editor executivo.
- (E) Precisam-se de auxiliar de farmácia e atendente de balcão.

9. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à concordância nominal, assinale a alternativa correta.

- (A) Segue incluso a planilha de pagamento do projeto de reforma.
- (B) Todas as roupas rosas foram compradas depois do filme *Barbie*.
- (C) É necessária a aprovação do diretor para a contratação dos estagiários.
- (D) São bastante questões que deverão ser resolvidas.
- (E) É preciso várias pessoas para trabalhar nesse projeto e cumprir o prazo de entrega.

10. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ocorrência ou não de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) Vou comprar uma camiseta igual a dele.
- (B) Isso não diz respeito à mim.
- (C) Desejo à você uma jornada de muito sucesso.
- (D) Referi-me à mesma pessoa que você.
- (E) Estamos aqui à serviço da prefeitura.

INFORMÁTICA

11. Assinale a alternativa que descreve corretamente o procedimento para renomear um arquivo no Windows 10.

- (A) Clicar duas vezes no ícone do arquivo e pressionar a tecla "Enter" para abrir o modo de renomeação.
- (B) Arrastar o arquivo até a barra de endereços do Windows Explorer e digitar o novo nome diretamente na barra de endereços.
- (C) Abrir o arquivo em um editor de texto e alterar o nome diretamente no conteúdo do arquivo.
- (D) Selecionar o arquivo e pressionar o botão direito do mouse, em seguida escolher a opção "Renomear" no menu de contexto.
- (E) Utilizar o comando "Renomear" no menu "Arquivo" da barra de menu do Windows Explorer.

12. Em relação aos aplicativos de segurança, aquele que monitora e controla o tráfego de dados entre uma rede privada e a internet, filtrando pacotes de dados com base em regras de segurança predefinidas, é conhecido pelo nome de

- (A) máscara de sub-rede.
- (B) DNS.
- (C) antivírus.
- (D) anti-malware.
- (E) firewall.

13. Assinale a alternativa que descreve corretamente a função da ferramenta “Localizar e Substituir” no Microsoft Word.

- (A) Permite buscar e substituir texto específico em todo o documento de uma só vez.
- (B) Permite ajustar as configurações de idioma do documento.
- (C) Oferece sugestões de sinônimos para palavras selecionadas no texto.
- (D) Permite compartilhar documentos diretamente em redes sociais a partir do Word.
- (E) Possibilita a criação de links para páginas da web dentro do documento.

14. Assinale a alternativa que completa corretamente a frase abaixo.

“Um site responsivo é um site que...”

- (A) exibe apenas imagens e vídeos em vez de texto.
- (B) requer autenticação do usuário antes de permitir o acesso ao conteúdo.
- (C) tem um design adaptável, capaz de ajustar-se automaticamente para oferecer uma experiência de navegação otimizada em diferentes dispositivos, como computadores, tablets e smartphones.
- (D) utiliza criptografia para proteger informações confidenciais dos usuários durante a navegação.
- (E) oferece uma navegação em modo anônimo, ocultando o histórico de navegação do usuário.

15. Analise as informações abaixo.

- Motherboard ou *MoBo*;
- É onde são conectados componentes do micro;
- Deve ser adquirido(a) de acordo com os componentes utilizados;
- Aos conectores dá-se o nome de *Soquetes* e *Slots*.

Diante do exposto, é correto afirmar que se refere à(ao)

- (A) teclado.
- (B) disco rígido.
- (C) placa-mãe.
- (D) gabinete.
- (E) monitor.

16. No que diz respeito ao processador, assinale a alternativa correta.

- (A) Cérebro do computador; realiza cálculos matemáticos; possui encaixe próprios (soquetes).
- (B) Composto pelo dissipador de calor e ventoinha; utilizado para resfriamento.
- (C) Armazena informações na forma binária; funcionamento semelhante aos antigos discos de vinil; acesso lento às informações.
- (D) Responsável pela comunicação do computador com o monitor.
- (E) Responsável pela comunicação do computador com as caixas de som; protege o computador contra ruídos e variações da rede elétrica.

17. As redes de computadores permitem a comunicação entre os dispositivos e o compartilhamento de recursos e informações. Assinale a alternativa que descreve corretamente a função de um roteador em uma rede de computadores.

- (A) Gerencia a alocação de endereços IP para dispositivos em uma rede e encaminha pacotes entre redes diferentes.
- (B) Conecta dispositivos dentro de uma mesma rede local, permitindo a comunicação entre eles.
- (C) Armazena permanentemente grandes volumes de dados e permite acesso rápido a eles.
- (D) Criptografa dados para garantir a segurança das informações transmitidas pela rede.
- (E) Amplifica o sinal de rede para aumentar o alcance da conexão sem fio dentro de um prédio.

LEGISLAÇÃO

18. O artigo 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) afirma que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, entre outros:

- (A) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, apenas para os que a ele tiverem acesso na idade própria.
- (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede especial de ensino.
- (C) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- (D) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a sete anos de idade.
- (E) oferta apenas do ensino matutino e diurno, com a possibilidade de diminuição de carga para o adolescente trabalhador.

19. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

- (A) Para os efeitos da mencionada Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 14 (catorze) e 30 (trinta) anos de idade.
- (B) Aos adolescentes com idade entre 14 (catorze) e 18 (dezoito) anos aplica-se o Estatuto da Juventude, em detrimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº Lei nº 8.069/1990).
- (C) Um dos princípios que regem as políticas públicas de juventude é o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares.
- (D) Não compete ao poder público garantir ao jovem a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais.
- (E) O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, no entanto esse acesso deve ocorrer apenas na idade adequada.

20. De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar que

- (A) é facultado, em determinados casos, recusar fé a documentos públicos.
- (B) a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- (C) a cassação de aposentadoria ou disponibilidade não pode ser considerada uma penalidade disciplinar.
- (D) a ação disciplinar prescreverá em 4 (quatro) anos, quanto à suspensão.
- (E) as penalidades possíveis em decorrência de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas são advertência escrita, suspensão e destituição do cargo.

21. De acordo com Decreto nº 1.171/1994, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das Regras Deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

- (A) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- (B) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, exceto por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento dissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- (C) A função pública deve ser tida como exercício profissional não se integrando na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- (D) O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento seu e de seus colegas, especialmente.
- (E) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao bem-estar de outrem, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior legado.

22. Um dos objetivos estabelecidos pelo artigo 214 da Constituição Federal Brasileira de 1988, ligados ao plano nacional de educação, é

- (A) restrição do acesso à educação privada.
- (B) universalização do atendimento escolar.
- (C) formação para as atividades domésticas.
- (D) ampliação da carga horária escolar.
- (E) regulamentação do ensino escolar em casa.

23. De acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, é correto afirmar que são deveres fundamentais do servidor público, **EXCETO**:

- (A) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- (B) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.
- (C) desviar outro servidor público para atendimento a interesse particular.
- (D) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- (E) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

24. Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assinale a alternativa que apresenta uma incumbência dos docentes.

- (A) Estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.
- (B) Instituir Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares.
- (C) Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- (D) Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.
- (E) Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.

25. Com base na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, analise as assertivas a seguir.

- I. Um dos objetivos dos Institutos Federais é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.
- II. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior. As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.
- III. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto exclusivamente pelo Reitor e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.
- IV. O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior.

Está correto o que se apresenta em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

26. De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é correto afirmar que

- (A) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para a utilização de qualquer substância entorpecente.
- (B) é dever exclusivo da família comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.
- (C) a pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- (D) é um dever privativo do Estado assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
- (E) a pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica e a institucionalização forçada em determinados casos previstos em Lei.

27. Em conformidade com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assinale a alternativa correta.

- (A) É um direito da pessoa com transtorno do espectro autista a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração.
- (B) A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência apenas em algumas situações legais específicas.
- (C) O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista será punido com multa de 2 (dois) a 12 (doze) salários mínimos.
- (D) Toda pessoa com transtorno do espectro autista tem aversão a rotinas e padrões de comportamento ritualizados.
- (E) Em todos os casos, independentemente do nível, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular tem direito a acompanhante especializado.

28. De acordo com o Artigo 4º da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, são exemplos de objetivos do Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), **EXCETO**:

- (A) implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação.
- (B) promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua.
- (C) prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (*bullying*) em toda a sociedade.
- (D) priorizar a punição dos agressores, para que ocorra a mudança do comportamento hostil.
- (E) instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores.

29. Segundo a Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, analise as assertivas a seguir.

- I. As medidas de prevenção e combate à violência contra a criança e o adolescente em estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados, devem ser implementadas pelo Poder Executivo municipal e do Distrito Federal, em cooperação federativa com os Estados e a União.
- II. As políticas públicas de prevenção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente não se restringem às vítimas e devem considerar o contexto social amplo das famílias e das comunidades.
- III. A divulgação do conteúdo do Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente será restrita às instituições de ensino, públicas ou privadas.
- IV. Os protocolos de medidas de proteção à violência contra a criança e o adolescente nos estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados, deverão prever a capacitação continuada do corpo docente, integrada à informação da comunidade escolar e da vizinhança em torno do estabelecimento escolar.

Está correto o que se apresenta em:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

30. De acordo com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Para os fins da mencionada Lei, considera-se autoridade o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- (B) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- (C) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- (D) A Administração não pode, em hipótese alguma, revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade.
- (E) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O _____ é o órgão encarregado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando situações de violação desses direitos e aplicando as medidas protetivas previstas.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- (A) Ministério da Justiça
- (B) Conselho Nacional de Justiça
- (C) Ministério Público
- (D) Defensoria Pública
- (E) Conselho Tutelar

32. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa que apresenta a medida protetiva cabível em situações de violação dos direitos da criança ou do adolescente, visando o afastamento do agressor do convívio com a vítima.

- (A) Encaminhamento para acolhimento institucional.
- (B) Aplicação de sanção pecuniária.
- (C) Notificação verbal de advertência.
- (D) Afastamento compulsório do agressor.
- (E) Prestação de apoio psicossocial à vítima.

33. São princípios organizativos do SUAS, **EXCETO**:

- (A) Universalidade.
- (B) Gratuidade.
- (C) Integralidade da proteção social.
- (D) Intersetorialidade.
- (E) Verticalização da gestão.

34. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um objetivo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

- (A) Fortalecer os sindicatos e associações de classe dos assistentes sociais.
- (B) Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios.
- (C) Garantir a estabilidade no emprego para os assistentes sociais.
- (D) Padronizar os procedimentos administrativos das unidades de assistência social.
- (E) Reduzir os custos operacionais das políticas de assistência social.

35. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na aplicação das Medidas Específicas de Proteção, levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. É também um princípio que rege a aplicação das medidas:

- (A) entendimento da criança e do adolescente como sujeitos desprovidos de direitos.
- (B) responsabilidade primária e solidária do poder público.
- (C) proteção integral e minoritária.
- (D) intervenção tardia.
- (E) oitiva dispensável e participação.

36. Nos termos da Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, em relação aos alimentos, é correto afirmar que:

- (A) a obrigação alimentar é solidária, não podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.
- (B) se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento, no âmbito da assistência social.
- (C) as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Assistente Social, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- (D) se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se à assistência social esse provimento, no âmbito do Ministério Público.
- (E) a obrigação alimentar é compulsória, não podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.

37. Conforme o art. 28 do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), o Poder Público criará e estimulará programas de:

- I. profissionalização especializada para as pessoas idosas, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares não remuneradas.
- II. preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 3 (três) anos, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania.
- III. estímulo às empresas privadas para admissão de pessoas idosas ao trabalho.

Está correto o que se apresenta em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

38. No que tange à Assistência Social, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), assinale a alternativa correta.

- (A) O acolhimento de pessoas idosas em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, não caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais.
- (B) Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são dispensadas de firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.
- (C) A assistência social às pessoas idosas será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), na Política Nacional da Pessoa Idosa, no SUS e nas demais normas pertinentes.
- (D) Às pessoas idosas, a partir de 60 (sessenta) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos desta Lei.
- (E) No caso de entidade filantrópica, ou casa-lar, é obrigatória a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade.

39. Para efeitos do Decreto nº 3.298/1999 (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), considera-se:

- (A) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,08 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,5 e 0,07 no melhor olho, com a melhor correção óptica.
- (B) deficiência auditiva: perda bilateral e total, de quarenta e cinco decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000Hz.
- (C) deficiência permanente: aquela que ocorreu, mas não se estabilizou, durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.
- (D) incapacidade: uma redução superficial da capacidade de integração social, sem necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.
- (E) deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

40. Conforme o Decreto nº 3.298/1999, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá, entre outros, ao seguinte princípio:

- (A) respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.
- (B) estabelecimento de mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência.
- (C) ampliação das alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho.
- (D) inclusão da pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer.
- (E) integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social.

41. De acordo com o Decreto nº 3.298/1999, são instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, **EXCETO**:

- (A) o fomento à formação de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento da pessoa portadora de deficiência.
- (B) o fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos.
- (C) a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados.
- (D) a autonomia das entidades governamentais e não governamentais que tenham responsabilidades quanto ao atendimento da pessoa portadora de deficiência, em níveis federal, estadual e municipal.
- (E) a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.

42. Assinale a alternativa correta conforme o disposto nos termos da Lei nº 8.842/1994, que versa sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

- (A) É facultada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social.
- (B) Os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho, previdência social, cultura, esporte e lazer devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a política nacional do idoso.
- (C) Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos na área de promoção e assistência social criar serviços alternativos de saúde para o idoso e promover simpósios, seminários e encontros específicos.
- (D) É assegurado ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, inclusive nos casos de incapacidade judicialmente comprovada.
- (E) Constituem diretrizes da política nacional do idoso: descentralização político-administrativa e garantia da participação do idoso na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.

43. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. A Seguridade Social obedecerá ao seguinte princípio e diretriz:

- (A) diversidade na forma de participação no custeio.
- (B) equidade da base de financiamento.
- (C) pluralidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (D) seletividade da cobertura e do atendimento.
- (E) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

44. O Sistema Único de Assistência Social (Suas) comporta quatro tipos de gestão: da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. As responsabilidades da União são, principalmente,

- (A) a formulação, o apoio, a articulação e a coordenação de ações.
- (B) a gestão da assistência social dentro de seu âmbito de competência, tendo suas responsabilidades definidas na Norma Operacional Básica (NOB/Suas).
- (C) o atendimento aos requisitos mínimos, como a existência e o funcionamento de conselho, fundo e planos de assistência social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios.
- (D) a gestão da proteção social básica e a gestão total das ações socioassistenciais.
- (E) a negociação sobre aspectos operacionais da gestão do Suas, mantendo contato permanente com as CIBs, para a troca de informações sobre o processo de descentralização.

45. Segundo a Lei nº 12.852/2013, que dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências, o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. Nos termos desta Lei, entende-se por participação juvenil:

- (A) a participação do jovem em programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios.
- (B) a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas não afetos aos jovens.
- (C) o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo somente o benefício de suas comunidades e o do País.
- (D) a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais.
- (E) a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com dever a voz e voto.

46. Conforme a Lei nº 12.852/2013, que dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências, compete à União:

- (A) estabelecer com os Estados e os Municípios formas de colaboração para a execução das políticas públicas de juventude.
- (B) criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para a execução das políticas públicas de juventude.
- (C) cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude.
- (D) garantir a publicidade de informações sobre repasses de recursos para financiamento das políticas públicas de juventude aos conselhos e gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais.
- (E) convocar e realizar, em conjunto com o Conselho Nacional de Juventude, as Conferências Nacionais de Juventude, com intervalo máximo de 6 (seis) anos.

47. Com base na Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

- I. os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.
- II. os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, desde que conveniado com o governo brasileiro e devidamente validado e registrado em órgão competente no Brasil.
- III. os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil.
- IV. os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação, com funções nos vários órgãos privados.

Está correto o que se apresenta em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

48. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente. É assegurada, sob pena de responsabilidade, _____ na tramitação dos processos e procedimentos previstos nesta Lei, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) prioridade absoluta
- (B) proporcionalidade
- (C) legalidade
- (D) igualdade
- (E) preferência

49. Segundo o Código de Ética do Assistente Social, são deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

- (A) Manter distanciamento emocional para evitar envolvimento pessoal.
- (B) Priorizar a atenção e os recursos para os casos de maior visibilidade.
- (C) Estabelecer relações de poder hierárquicas para garantir a autoridade do assistente social.
- (D) Informar sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos.
- (E) Utilizar informações confidenciais dos usuários para fins pessoais, desde que seja para ajudá-los.

50. Assinale a alternativa que apresenta uma atribuição privativa do Assistente Social, disposta no art. 5º da Lei nº 8.662/1993.

- (A) Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com ou sem participação da sociedade civil.
- (B) Assumir, no magistério de Serviço Social, tanto a nível de mestrado como doutorado, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação de pós-graduação.
- (C) Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
- (D) Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.
- (E) Dirigir serviços técnicos de Serviço Social somente em entidades públicas.